

7.fevereiro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Maria do Carmo Vieira, Vasco Graça Moura e Nuno Pacheco

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

Assunto: **Acordo Ortográfico**

Exposição: O Coordenador do Grupo de Trabalho deu às boas vindas aos presentes e solicitou-lhes que expusessem a sua posição sobre o Acordo Ortográfico e a sua aplicação.

Vasco Graça Moura defendeu que o Acordo Ortográfico é inaceitável e a Resolução do Conselho de Ministros de 2008 teve na base uma falsificação de factos, realçando que o Acordo internacional esteve inativo desde 1990 e não foi ratificado por todos os Estados, tendo-se estabelecido que bastava a ratificação por dois para entrar em vigor. Salientou que o Brasil adiou agora a aplicação do Acordo.

Referiu que a aplicação do Acordo é impossível, por não haver uniformidade de vocabulário e que não se verificou uniformidade de grafia, como estava subjacente ao Acordo. Em contrapartida, atualmente existem 3 grafias, do português antigo, do brasileiro e a do Acordo Ortográfico. Mencionou a grande contestação atual do Acordo, até pelos países da CPLP. Realçou que a aplicação que está a ser feita nas escolas é uma violência, provoca imensos problemas na escrita e pronúncia e terá de ser alterada, defendendo que a aplicação tem de ser suspensa e deve sê-lo rapidamente.

Maria do Carmo Vieira, professora de português, pediu que o Grupo de Trabalho oiça abertamente e atue. Informou ainda que os professores são obrigados a seguir o Acordo e não pode haver posições críticas, não se permitindo até que os alunos equacionem a origem das palavras. Referiu que neste momento se verifica muita confusão na escrita. Realçou que o Acordo não significa apenas tirar todos os *c* e os *p*, salientando que há várias situações de palavras que perdem uma dessas consoantes e noutras palavras da mesma família não a perdem.

Nuno Pacheco defendeu que a unidade ortográfica não é possível, referindo que já no período monárquico houve vontade de unificação, que depois foi abandonada. Salientou que o vocabulário que pretendia ser único é variado, a aplicação está a ser feita numa forma mecânica e os utilizadores não sabem escrever de harmonia com o Acordo. Salientou que a língua muda permanentemente, mas não a ortografia e salientou o exemplo do inglês, que mantém várias grafias.

Fez depois referência a um documento subscrito por 747 pessoas, que foi enviado ao Ministro da Educação e Ciência e que contém quadros com informação sobre a forma de escrita atual de várias palavras de harmonia com as Academias, dicionários, etc, argumentando que não se obteve a pretendida uniformidade. Indicou também outro estudo concluindo que há cerca de

569 palavras que tinham uma grafia diferente em Portugal e no Brasil e com o Acordo ficaram iguais e em contrapartida há cerca de 1.235 que anteriormente eram iguais e agora ficaram diferentes. Por último, realçou que a Língua é uma Ciência e não há uniformidade da sua ortografia com o Acordo

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu depois que o Grupo de Trabalho vai ouvir várias sensibilidades e manifestou que, pessoalmente, entende que nunca vai haver unificação da língua. Indicou que o Estado colocou o Acordo Ortográfico em vigência nas escolas, quando há dúvidas a nível social. Informou ainda que a matéria não é unânime no CDS-PP e que este Grupo Parlamentar aprovou no passado o Acordo Ortográfico, mas a matéria está agora em reponderação.

A deputada Rosa Arezes (PSD) indicou que o Grupo de Trabalho quer auscultar todas as sensibilidades, referindo que a sociedade está muito dividida em relação à matéria. Questionou depois Vasco Graça Moura para que concretizasse os custos que entende resultarem do Acordo Ortográfico. Por outro lado, realçou que atento o prazo de vigência dos manuais escolares, há alguns com a ortografia do Acordo e outros com a anterior, pedindo a posição da professora Maria do Carmo sobre os custos disso, até em termos pedagógicos.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) referiu que o Grupo de Trabalho quer ouvir a sociedade civil e perguntou a Vasco Graça Moura qual a falsificação de factos que entende ter ocorrido em 2008 e qual foi a fraude do anterior Governo. Questionou ainda como antevêm o percurso da Língua Portuguesa no futuro.

O deputado Miguel Tiago (PCP) informou que o seu Grupo Parlamentar pediu a constituição de um Grupo de Trabalho para equacionar esta matéria, pela razão de a sociedade estar a manifestar muitas dúvidas em relação à mesma. Informou ainda que o PCP se absteve desde início e atualmente não afasta nenhuma hipótese, de apoio ou rejeição do Acordo.

Em resposta às questões colocadas, Vasco Graça Moura referiu que em 2008 houve uma adesão genérica dos Grupos Parlamentares ao Acordo Ortográfico. Recordou depois que em 1986 as Academias Portuguesa e Brasileira acordaram na unidade da língua, sem acentos, dado que a tecnologia informática não os permitia. Entretanto, houve vários pareceres contra o Acordo. Em resposta à questão da falsificação, defendeu que o Acordo exigia um acordo ortográfico que não existe, realçando não há um estudo sobre o número de flexões das palavras.

Salientou que o Acordo remete para a pronúncia culta da língua, conceção que é rejeitada e quando o Governo em 2008 disse que estavam reunidas as condições de aplicação do Acordo, isso era falso. Defendeu depois que o Acordo sai mais caro pela ofensa ao património cultural, enquanto os jovens ficam com uma deficiente formação e é mais caro no plano internacional, sendo que Angola e Moçambique não o ratificaram. Realçou que neste momento não estamos a escrever como estes 2 países e eles é que escrevem de acordo com a anterior ortografia de Português.

Nesta sequência, propôs que se abra a renegociação e se suspenda a aplicação do Acordo, reiterando que a decisão política, mesmo em 1990, foi contra as posições académicas.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Nuno Pacheco realçou que o Inglês tem várias vertentes e não tem uma lei de uniformização. Argumentou que a língua foi empurrada para o campo utilitário, não estando a ser tratada como uma ciência, que é. Defendeu a suspensão da aplicação do Acordo Ortográfico e a reponderação da uniformidade ortográfica.

Maria do Carmo Vieira disse que quer acreditar na evolução do trabalho a desenvolver e salientou que caíram os *c* e os *p* por teimosia, conforme consta da nota justificativa do Acordo. Indicou ainda que deixava um documento com o depoimento do Dr. Francisco Valada.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 07 de fevereiro de 2013

A assessora
Teresa Fernandes